

**PAUTA**  
**COMITÊ GESTOR REGIONAL DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º**  
**GRAU DE JURISDIÇÃO**  
**COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU**  
**dia 19/8/2022 das 14 às 16h**  
**Videoconferência**

**1. Contextualização aos novos membros do Comitê**

- 1.1. [Resolução CNJ 194/2014](#), institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.
- 1.2. [Resolução CNJ 195/2014](#), dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
- 1.3. [Portaria PRESI 125/2016](#), confere ao Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 195/2014 do CNJ.
- 1.4. [Portaria PRESI 124/2020](#), institui o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- 1.5. [Portaria PRESI 319/2022](#), designa os membros do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, biênio 2022-2024.
- 1.6. [Página do Comitê na intranet.](#)

**2. Resolução CNJ n. 195/2014 - Orçamento (DIGER/SEOF)**

[PROAD 2967/2021](#) - Plano Anual de Aquisições e Contratações do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - PAC 2022.

**3. Pauta específica: Definir nova data (era março/2022)**

Tema: Oficiais de Justiça (**convidar representantes da categoria por circunscrição**)

- 3.1. Apresentação dos estudos da lotação paradigma (oficiais de justiça)
- 3.2. Análise do Tema Segurança dos OJs X Decisão CNJ ([PROAD 5112/2020](#))

- 4. Situação atual da aplicação da Resolução CNJ n. 219/2016 (PROAD 4429/2016) e da Resolução CSJT n. 296/2021 (PROAD 6904/2021)**
  - 4.1. Resolução CNJ n. 219/2016**
  - 4.2. Resolução CSJT n. 296/2021**
  
- 5. Estudos sobre o Tema: Designação de Juízes Substitutos para atender a necessidade de serviço fora da circunscrição**
  
- 6. Outros assuntos**
  - 6.1.** Solicitar a disponibilidade para as Unidades Judiciárias, do relatório sobre processos conclusos, com data de vencimento de prazo ou com prazos vencidos. Este relatório já esteve disponível e depois foi retirado, mas contribui para controle de prazos dos magistrados, não necessitando um controle manual. (Solicitação do Crispim)
  - 6.2.** Extinção da 3ª VT de Criciúma (Solicitação do Marcelo Botelho)
  - 6.3.** Criação de novo PROAD para tratar dos assuntos do Comitê, a partir da reunião de 8/7/2022.
  - 6.4.** Apresentação do Projeto trabalho por cooperação mediante acesso remoto.